

CURRÍCULO PARA TODOS: FORMAÇÃO DOCENTE COM FOCO NO PEI (PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO)

Weinny Gervázio de Queiroz Barcelos ¹

Herika Asheley Lima Vieira ²

Silvia Ítala da Silva Lima ³

Prof. Dr. Ádamo de Figueiredo Nogueira Mesquita ⁴

RESUMO

Este artigo tem como objetivo relatar as experiências vivenciadas pelas graduandas durante a execução do projeto Currículo para Todos: Formação Docente com foco no PEI (Plano Educacional Individualizado), desenvolvido com o intuito de fortalecer a formação docente em torno de uma educação mais inclusiva. A proposta buscou esclarecer dúvidas e aprofundar conhecimentos sobre o PEI, destacando sua relevância no planejamento pedagógico e sua conformidade com as diretrizes legais da educação. Com base nos pressupostos teóricos de Maria Teresa Mantoan, que defende a inclusão como eixo estruturante das práticas pedagógicas, e de Lev Vygotsky, cuja teoria sociocultural valoriza a aprendizagem mediada pelas interações sociais e pelo contexto histórico-cultural, o projeto contribuiu para a construção de uma visão crítica e colaborativa da prática docente. Os resultados apontam para a importância de espaços formativos que promovam a reflexão sobre o currículo e incentivem a atuação do professor como sujeito ativo na consolidação de práticas educacionais democráticas e inclusivas.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Formação Docente, PEI, Currículo, Práticas Pedagógicas.

INTRODUÇÃO

A inclusão de crianças com deficiência ou com necessidades educacionais específicas na Educação Infantil exige uma prática pedagógica planejada, intencional e centrada no desenvolvimento integral de cada criança. O Plano Educacional Individualizado (PEI) surge como uma ferramenta essencial para garantir uma educação equitativa, capaz de adaptar o currículo às necessidades individuais e promover o acesso, a participação e o aprendizado de todos. No entanto, ainda é comum entre os(as) profissionais da educação a existência de dúvidas e tabus sobre sua elaboração e

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Maurício de Nassau – Unidade, Fortaleza/Ce, weinnyqueiroz@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Maurício de Nassau – Unidade, Fortaleza/Ce, Herikaasheleylimavieira@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Maurício de Nassau – Unidade, Fortaleza/Ce, silviaitala20@gmail.com;

⁴ Geógrafo, Doutor em Geografia (Universidade Estadual do Ceará - UECE); Docente do Centro Universitário Maurício de Nassau - Unidade Fortaleza, CE, adamo.figueiredo@gmail.com.



implementação, quem deve realizá-lo, a quem se destina e como pode ser construído de forma prática e significativa no cotidiano escolar.

Nesse contexto, o presente artigo foi elaborado com o intuito de contribuir para a formação continuada dos professores, oferecendo subsídios teóricos e práticos sobre o PEI e seu papel na construção de um currículo inclusivo. A proposta parte da compreensão de que a formação docente é indispensável para ampliar o conhecimento e fortalecer a prática pedagógica diante da diversidade, promovendo uma educação que reconhece e valoriza as singularidades de cada criança.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça o direito de todas as crianças à aprendizagem e ao desenvolvimento, considerando suas múltiplas formas de ser, aprender e se expressar. No entanto, muitos docentes ainda enfrentam desafios na adaptação de práticas e currículos para atender de forma efetiva às necessidades específicas de cada aluno. Nesse sentido, a realização de uma formação continuada sobre o PEI configura-se como uma oportunidade para ampliar o olhar pedagógico, discutir estratégias de inclusão e fortalecer o compromisso coletivo com a construção de uma escola para todos.

Inspirado nas reflexões de Maria Teresa Eglér Mantoan, que defende uma escola inclusiva pautada na cooperação, na diversidade e no direito de aprender, este artigo tem como objetivo principal proporcionar uma formação continuada às professoras da Educação Infantil, com foco na construção e implementação do PEI, de modo a favorecer a consolidação de um currículo acessível e inclusivo para todas as crianças. Busca-se, ainda, através dos objetivos específicos: compreender o conceito e a importância do PEI no contexto da Educação Infantil, refletir sobre práticas pedagógicas que respeitem as singularidades das crianças, estimular o planejamento coletivo e interdisciplinar entre os profissionais da escola e compartilhar experiências e estratégias inclusivas que possam inspirar outras práticas educativas comprometidas com a equidade e o direito à aprendizagem.

METODOLOGIA

O presente estudo constitui-se em um relato de experiência, desenvolvido a partir de uma formação continuada realizada durante a Semana Pedagógica em uma escola de educação infantil de período integral, localizada em Fortaleza, Ceará. A proposta da formação visou promover a compreensão e a prática do Plano Educacional



Individualizado (PEI) entre professoras da Educação Infantil, destacando sua relevância para a inclusão e a adequação do currículo às necessidades específicas das crianças.

A formação foi conduzida em uma manhã de atividades presenciais, envolvendo professoras com diferentes tempos de experiência na docência, que participaram voluntariamente das atividades propostas. O encontro foi estruturado em etapas sequenciais, articulando momentos de acolhida, reflexão teórica e prática pedagógica, de modo a favorecer o engajamento e a aprendizagem significativa.

Inicialmente, realizou-se a acolhida e sensibilização, composta por uma dinâmica em grupo seguida de uma roda de conversa sobre inclusão. Essa etapa buscou proporcionar um ambiente acolhedor e propício à reflexão, permitindo que as participantes compartilhassem experiências prévias e expectativas em relação ao PEI. Em seguida, foi conduzida uma exposição dialogada sobre o PEI, na qual foram abordados os fundamentos legais, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), e discutida a importância do plano no planejamento pedagógico e na adaptação curricular. A abordagem dialogada estimulou a participação ativa das professoras por meio de questionamentos e comentários, promovendo a construção coletiva do conhecimento, como observado na imagem 1.

Imagem 1 – Formação continuada com as professoras sobre PEI



Fonte: Acervo Pessoal (2025).



Posteriormente, realizou-se um estudo de caso, no qual as participantes analisaram coletivamente um PEI fictício. A atividade possibilitou a identificação de objetivos pedagógicos, estratégias de ensino diferenciadas e formas de avaliação adaptadas às necessidades da criança simulada, aproximando a teoria da prática docente. Na etapa seguinte, uma oficina prática convidou as professoras a elaborar propostas de PEI a partir de perfis fictícios de crianças, como mostra a imagem 2, estimulando a reflexão sobre a individualização do ensino e a adaptação do currículo. Essa experiência permitiu o desenvolvimento de competências práticas para a construção de estratégias pedagógicas inclusivas.

Imagem 2 – Confeccção de um PEI fictício



Fonte: Acervo Pessoal (2025).

A socialização e reflexão coletiva das produções constituíram uma etapa fundamental para o compartilhamento de experiências, incentivando a análise crítica das escolhas pedagógicas realizadas e a discussão sobre boas práticas e desafios na implementação de PEIs na realidade escolar. Ao final, foi realizada uma avaliação qualitativa da formação, registrando impressões, aprendizados e sugestões das participantes, o que permitiu identificar os aspectos positivos da ação formativa e oportunidades de aprimoramento para futuras intervenções.



Além disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (Resolução CNE/CEB nº 5/2009) reforçam a importância de um currículo que contemple a diversidade, o respeito às diferenças e a equidade, princípios que orientam diretamente a elaboração do PEI na primeira etapa da Educação Básica.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por sua vez, estabelece que todas as crianças têm direito à aprendizagem e ao desenvolvimento, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou culturais. O documento enfatiza que o currículo da Educação Infantil deve ser flexível e acessível, respeitando o ritmo e o modo de ser de cada criança. Assim, o PEI emerge como uma ferramenta que concretiza os princípios da BNCC, ao traduzir as intenções pedagógicas em práticas inclusivas e individualizadas.

Na perspectiva de Maria Teresa Mantoan, o PEI não é um documento burocrático, mas sim um plano vivo e dinâmico, construído coletivamente, que reflete o compromisso ético da escola com a aprendizagem de todos. A autora ressalta que o processo de elaboração do PEI deve estar fundamentado em um olhar sensível e colaborativo, no qual as decisões pedagógicas sejam compartilhadas entre professores, famílias e equipe de apoio, garantindo a coerência entre o planejamento individual e o projeto pedagógico da escola.

Sob a ótica de Lev Vigotsky (1998), o desenvolvimento infantil é mediado pelas interações sociais e pela cultura. O autor defende que a aprendizagem antecede o desenvolvimento e que, por meio da zona de desenvolvimento proximal, a criança é capaz de realizar avanços significativos com o apoio de um mediador. Nesse sentido, o PEI pode ser compreendido como um instrumento de mediação pedagógica, que organiza as estratégias de ensino e os apoios necessários para promover a aprendizagem dentro das possibilidades de cada aluno.

A articulação entre as perspectivas de Mantoan e Vigotsky evidencia que a inclusão escolar vai além da adaptação curricular: implica a criação de ambientes educativos cooperativos e significativos, nos quais todos possam aprender e se desenvolver juntos. O PEI, nessa perspectiva, torna-se um instrumento reflexivo e transformador, que possibilita ao professor planejar intencionalmente, respeitando as singularidades e fortalecendo o compromisso da escola com uma educação verdadeiramente inclusiva.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A realização da formação continuada sobre o Plano Educacional Individualizado (PEI) possibilitou resultados significativos no âmbito da prática pedagógica e da reflexão docente. As professoras participantes ampliaram a compreensão acerca do conceito, dos objetivos e da estrutura do PEI, reconhecendo sua relevância como instrumento essencial para a efetivação da inclusão na Educação Infantil. Esse processo de aprendizagem coletiva favoreceu a ressignificação de concepções e práticas, permitindo que o PEI fosse compreendido não como uma exigência burocrática, mas como uma ferramenta pedagógica capaz de orientar o planejamento e garantir o direito à aprendizagem de todas as crianças.

Durante o encontro formativo, observou-se uma intensa troca de experiências entre as participantes, o que favoreceu o diálogo e a reflexão sobre os desafios e possibilidades da inclusão no cotidiano escolar. As discussões permitiram que as professoras compartilhassem vivências, identificassem dificuldades comuns e construíssem, de forma colaborativa, caminhos para a elaboração de propostas mais coerentes com as necessidades dos alunos.

A oficina prática desenvolvida ao longo da formação mostrou-se um momento de grande relevância, pois possibilitou a construção de modelos de PEI aplicáveis à realidade da escola. As professoras elaboraram planos individualizados com base em situações reais, refletindo sobre metas, estratégias pedagógicas e formas de acompanhamento do desenvolvimento das crianças. Essa etapa foi fundamental para consolidar o aprendizado teórico, fortalecendo o papel do professor como protagonista no processo de planejamento e inclusão.

O projeto contribuiu, ainda, para o fortalecimento de uma visão crítica e colaborativa da prática docente, promovendo maior engajamento entre os profissionais e estimulando o trabalho interdisciplinar. As reflexões realizadas evidenciaram que a elaboração do PEI deve ser entendida como um processo coletivo, sustentado pelo diálogo entre os diferentes atores da comunidade escolar — professores, equipe gestora, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e famílias.

De modo geral, os resultados alcançados demonstram que a formação continuada constitui um espaço privilegiado para o desenvolvimento profissional docente e para a construção de práticas pedagógicas inclusivas. Ao reconhecer o PEI como uma ferramenta de equidade e de valorização das singularidades, as professoras reafirmaram



o compromisso com uma educação infantil verdadeiramente inclusiva, fundamentada na cooperação, na reflexão e no respeito às diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência formativa sobre o Plano Educacional Individualizado (PEI) evidenciou que a inclusão escolar se consolida por meio de práticas pedagógicas intencionais, colaborativas e comprometidas com o desenvolvimento integral de cada criança. Ao promover um espaço de estudo, reflexão e construção coletiva, o projeto contribuiu para fortalecer a compreensão das professoras sobre o papel do PEI como instrumento de equidade e de efetivação dos direitos de aprendizagem previstos nas legislações educacionais brasileiras.

Os resultados demonstraram que, quando a formação docente é pautada no diálogo e na troca de experiências, há ampliação do repertório pedagógico e fortalecimento da autonomia profissional. As professoras passaram a reconhecer o PEI não como uma tarefa burocrática, mas como uma ferramenta pedagógica viva, flexível e significativa, capaz de orientar práticas que respeitam as singularidades das crianças e favorecem a inclusão na Educação Infantil.

Inspirado nas reflexões de Maria Teresa Eglér Mantoan, o estudo reafirma que a inclusão não se resume à presença física do aluno com deficiência na escola, mas implica uma mudança de postura e de concepção sobre o ensinar e o aprender. Nessa perspectiva, o PEI representa um compromisso ético e pedagógico da escola com o direito de todos à aprendizagem, configurando-se como um elo entre a teoria e a prática docente.

Conclui-se, portanto, que investir em formações continuadas voltadas ao PEI é essencial para fortalecer o trabalho coletivo e fomentar uma cultura escolar mais inclusiva, crítica e humana. O processo formativo realizado demonstrou que a construção de um currículo acessível e significativo depende, sobretudo, do engajamento dos profissionais da educação e do reconhecimento de que a diversidade é elemento constitutivo e enriquecedor do processo educativo. Assim, reafirma-se o compromisso com uma educação infantil para todos, em que cada criança possa aprender, participar e se desenvolver plenamente em um ambiente acolhedor, sensível e transformador.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 12 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 12 out. 2025.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 14 set. 2001. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 out. 2025.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 18 dez. 2009. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 out. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O direito de ser, sendo diferente na escola**. In: MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2015.

VIGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

